



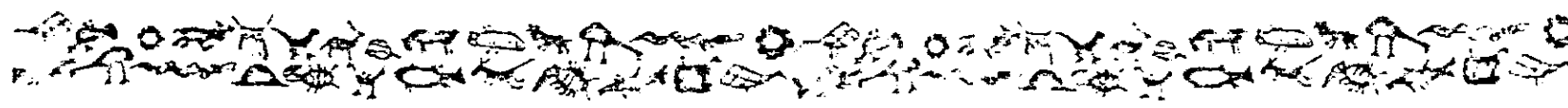
E - PROJETO FERRO-CARAJÁS

05/86 à 04/87

JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO

A situação das terras indígenas na área de influência do Projeto Ferro-Carajás praticamente não foi alterada neste ano de 85/86. Após a demarcação do território Apinajé em fevereiro de 85 nenhuma outra área não demarcada ou com problemas de invasões ou redefinição de limites mereceu maior atenção por parte dos órgãos competentes. Assim, o CTI deverá continuar concentrando seus trabalhos na questão das terras. Entretanto, nossa esfera de apoio se alterou com as constantes crises e mudanças na Funai. Em 85/86 nossa proposta era o acompanhamento da demarcação Apinajé e Tembé, mas tivemos pouco espaço político para que se obtivesse qualquer resultado em relação à área Tembé, dentro da qual se estimam 6.000 posseiros, embora tenhamos pressionado o Ministério da Reforma Agrária, durante todo o ano de 1985, para que procedesse a um levantamento judiciário. Por outro lado, retomamos o contato com os Apãniekra-Canela localizados no estado do Maranhão, e que também estão dentro da área de influência do Projeto Ferro-Carajás e portanto são beneficiados com recursos do convênio CVRD/FUNAI.

Em novembro de 85 recebemos a visita de uma comitiva de 8 índios Apãniekra que vieram em busca de informações quanto aos recursos da CVRD (pois pretendiam utilizar destes recursos para o "arremate" (a etapa final) de um grande ritual - o Tepjarkwya) e para discutirem a possibilidade da incorporação de uma faixa estreita



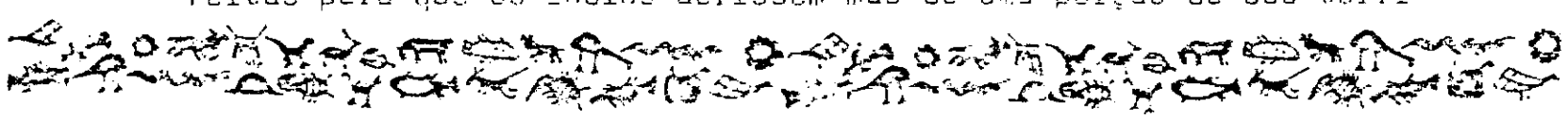
ta de terra (margem do Ribeirão Enjeitado) na área já demarcada. O CTI se dispôs a assessorá-los nestas questões.

Agora em fevereiro, acompanhamos a visita do Conselho Indígena de Goiás à sede da CVRD, no Rio de Janeiro, e tivemos uma reunião especial com 2 representantes Apãniekra e os responsáveis na CVRD pelo convênio com a Funai. Conseguimos que a reivindicação dos Apãniekra em relação a seu território fosse incluída na pauta de exigências que a CVRD está fazendo à Funai para que o Convênio não seja suspenso. E nos comprometemos a fazer um parecer para justificar perante a Funai e MIRAD este acréscimo de área.

No momento, a pedido do capitão Moisés Ixênê, e por considerarmos necessária, apoiamos a visita à área do indigenista José Pires, que atuou em 85 na área Krahô.

O CTI vêm acompanhando também a questão das invasões, propiciadas pelo próprio GETAT, na área dos Gavião de Mãe Maria, no Pará. A situação é muito tensa, sendo urgente a retirada destes moradores da área indígena. Temos, quando necessário, garantido recursos para deslocamento até a área da antropóloga Iara Ferraz, para acompanhamento junto aos índios desta questão.

Finalmente, em relação aos Apinajé, no decorrer deste ano de 85, como apontamos no início, muito pouco se avançou em termos da redefinição dos limites sul/sudoeste do Território demarcado em fevereiro de 85. Participamos de um grupo de trabalho para estudos sobre esta redefinição juntamente com representantes dos organismos governamentais responsáveis pela questão (IDAGO/GETAT/MIRAD/FUNAI) tendo nos deslocado para a área Apinajé em setembro de 85. Entretanto, por discordarmos das pressões que estavam sendo feitas para que os índios abrissem mão de uma porção de seu terri-

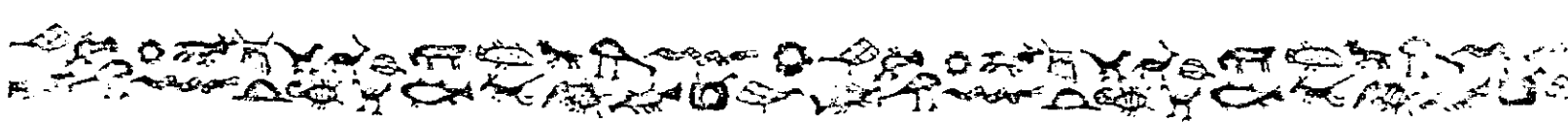


tório, fomos excluídos do segundo levantamento oficial que foi realizado em dezembro de 85. Acabamos de enviar para estes organismos um parecer sobre o relatório desta segunda viagem, onde marcamos nossa posição e discordamos dos encaminhamentos que estão sendo tomados em relação à reivindicação dos Apinajé.

Por outro lado, os próprios Apinajé de São José se encontram cansados e desmobilizados. O assassinato do índio Waldemar no interior da própria Delegacia de Polícia em Tocantinópolis, e a presença de um chefe de posto na aldeia que utiliza abundantes recursos advindos do Convênio CVRD/FUNAI para desviar o interesse e a urgência na questão da Terra (construção de casas de alvenaria para os índios, garagem, etc.), contribuíram para isto. De qualquer forma, a saída de Gilberto Azanha da frente da Delegacia da FUNAI (AJARINA), mudou o enfoque da FUNAI na questão Apinajé.

Neste contexto, a ocupação da região do Cocal, que se encontra em área demarcada, recebeu de nossa parte uma atenção especial, já que todas as dificuldades e entraves foram criados pela FUNAI para que esta área não fosse ocupada. Agora no início de 86 as famílias Apinajé que pretendiam residir no Cocal começam a se transferir. No decorrer deste <sup>ano</sup> pretendemos continuar apoiando a formação desta aldeia, indispensável para impedir que novamente esta parte do território Apinajé seja invadido.

Este orçamento prevê assim recursos para uma ajuda (alimentação/combustível) como apoio a formação da aldeia do Cocal. E recursos para viagens dos índios, quer seja Apinajé ou Canela, no sentido de garantir a mobilização em torno da questão da Terra. Como no ano anterior, o CTI deverá colaborar também com viagens de coordenadores





e pessoal de apoio, garantindo a presença dos mesmos na área e mobilidade necessária para as articulações junto aos órgãos governamentais, principalmente FUNAI, MIRAD, GETAT, CVRD, ou junto ao Congresso Nacional.

